

REPRODUÇÃO SOCIAL FEDERICIANA E O CONCEITO MARXISTA DA “ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL”: UMA EXPANSÃO A PARTIR DA CRÍTICA FEMINISTA

FEDERICIAN SOCIAL REPRODUCTION AND THE MARXIST CONCEPT OF “PRIMITIVE ACCUMULATION OF CAPITAL”: AN EXPANSION BASED ON FEMINIST CRITICISM

Anna Laura Maneschy Fadel ¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir se a proposta de Silvia Federici, sobre o conceito de “acúmulo primitivo de capital” e a separação entre produção versus reprodução, formulada no seu livro: “O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, pode ser considerada uma reinterpretação do conceito, que havia sido formulado, por Karl Marx, no capítulo 24, intitulado de: “A assim chamada acumulação primitiva do capital”, no Livro 1, do “O capital”. Diante desse contexto, foi estabelecido o seguinte problema: “De que forma o debate de ‘produção versus reprodução’ federiciano pode ser considerado uma expansão do conceito de ‘acúmulo primitivo do capital’, teorizado por Karl Marx?”. Para responder esta pergunta, o texto foi dividido em três seções. A primeira visa discutir como Marx (2017) trabalha o conceito de “acúmulo primitivo do capital”. A segunda seção busca apresentar como a desvalorização da posição social das mulheres se deu com o advento do capitalismo. E, por fim, a última seção, objetiva analisar como Federici (2017) apresenta a separação entre produção e reprodução, a fim de compreender se a proposta da autora contribui para uma discussão mais acertada sobre o processo de “acúmulo primitivo do capital”. O procedimento de pesquisa utilizado foi pesquisa bibliográfica, a partir de uma leitura comparativa das proposições de Karl Marx (2017) e Silvia Federici (2017).

Palavras-chave: Mulheres. Acúmulo primitivo de capital. Trabalho produtivo. Trabalho reprodutivo.

Abstract: *This article aims to discuss whether Silvia Federici's proposal on the concept of "primitive accumulation of capital" and the separation between production versus reproduction, formulated in her book: "The Caliban and the Witch: Women, Body and Primitive Accumulation", can be considered as an advance to the analysis, which had been carried out, by Karl Marx, in chapter 24, entitled "The Caliban and the Witch: Women, Body and Primitive Accumulation": "The so-called primitive accumulation of capital" in Book 1 of "The Capital". Faced with this context, the following problem was established: "How does the federal 'production versus reproduction' debate contribute to a better interpretation of the concept of 'primitive accumulation of capital', theorized by Karl Marx? To answer this question, the text was divided into three sections. The first aims to discuss how Marx (2017) works on the concept of 'primitive accumulation of capital'. The second seeks to present how the devaluation of women's social position occurred with the advent of capitalism. And finally, the last section aims to analyze how Federici (2017) presents the separation between production and reproduction, in order to understand if the author's proposal contributes to a more correct discussion*

¹ Professora do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário do Pará.

about the process of "primitive accumulation of capital". The research procedure used was bibliographic research, based on a comparative reading of the proposals of Karl Marx (2017) and Silvia Federici (2017).

Keywords: Women. Primitive accumulation of capital. Productive work. Reproductive work.

1 INTRODUÇÃO

A história do capitalismo é uma história marcada pela violência. Esse modo de produção econômico foi forjado na base da expropriação/colonização das terras, pela escravização dos corpos e pelo derramamento de sangue. No capítulo 24, intitulado de: “A assim chamada acumulação primitiva do capital”, no Livro 1, do “O capital”, Karl Marx (2017) denuncia, de um ponto de vista histórico, que a marca de nascença do capitalismo é a barbárie.

Nesse contexto, a produção teórica da autora italiana, Silvia Federici, ao discutir a gênese do capitalismo, particularmente em sua obra, “Calibã e a bruxa²: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, torna-se uma chave de leitura importante para entender tanto os aspectos estruturantes desse processo de violência quanto os seus reflexos no mundo contemporâneo, em especial, como as mulheres e seus corpos estiveram na linha de frente em todo esse processo de brutalidade.

No mencionado livro, Federici (2017) apresenta como a caça às bruxas e a apropriação dos corpos femininos foram essenciais para a constituição do Estado Moderno e formação do novo modo de produção capitalista. Ao articular capitalismo com patriarcado, a autora possibilita um novo olhar sobre o conceito de “acúmulo primitivo de capital”, desvelando a profunda relação histórica entre domesticação e subordinação das mulheres aos homens, a caça às bruxas e o emergir dessa forma moderna de dominação político-econômica, no período da transição³ do feudalismo para o capitalismo.

No prefácio à edição estadunidense, Federici (2017) menciona que a obra é fruto de uma pesquisa que foi iniciada em meados de 1970, com a colaboração de Leopoldina Fortunati, feminista

² Sobre a escolha do título do livro, que se refere à tragédia: “A tempestade”, de Shakespeare, Federici explica: “Calibã não apenas representa o rebelde anticolonial cuja luta ressoa na literatura caribenha contemporânea, mas também é um símbolo para o proletariado mundial e, mais especificamente, para o corpo proletário como terreno e instrumento de resistência à lógica do capitalismo. Mais importante ainda, a figura da bruxa, que em A tempestade fica relegada a segundo plano, neste livro situa-se no centro da cena” (FEDERICI, 2017, p. 23)

³ Sobre o termo “transição”, Federici (2017, p. 116) critica a sua utilização, pois dá uma ideia de linearidade, desenvolvimento histórico gradual, que considera desonesta com os fatos históricos de formação do capitalismo.

italiana. Seu ponto de partida foi o de tentar explicar quais as raízes da opressão das mulheres, opondo-se a duas versões dominantes no feminismo: o feminismo radical e o socialista.

Tratando-se do feminismo radical, a autora afirma que a explicação “trans-histórica”, elaborada por essa vertente do feminismo, falha ao não relacionar a discriminação sexual a uma relação de classe e produção. Dessa forma, ao excluir os referidos marcadores, cria uma visão “irreal” da categoria mulher, como se o gênero pudesse ser pensado abstratamente, fora das relações de poder inerentes às questões de classe.

Por sua vez, o feminismo socialista, segundo Federici (2017), peca ao resumir a “mulher” a uma figura de “trabalhadora”. Assim, é incapaz de reconhecer “a esfera da reprodução como fonte de criação de valor e exploração”, ou seja, de reconhecer que as relações capitalistas formam elementos culturais (FEDERICI, 2017, p. 16-17).

Dois autores marcam a reflexão federiciana, Mariarosa Dalla Costa e Selma James, que escrevem contra a ortodoxia marxista, ao relacionarem o processo de acumulação capitalista a função central reprodutora, desempenhada pelas mulheres, diante do fato de estas proporcionarem a mercadoria mais essencial ao capitalismo, a força de trabalho. Este é um ponto central que merece melhor esclarecimento.

A consideração de Dalla Costa e James de que o trabalho doméstico não assalariado, desempenhado geralmente por mulheres, é central para explicar o processo de acumulação de capital e as assimetrias de poder entre homens e mulheres no capitalismo. Assim como, possibilitou que Federici (2017) pudesse oferecer a sua explicação teórica sobre a origem desse tipo de trabalho e o porquê não ser considerado como “trabalho produtivo”, apontando um possível *déficit* à análise de Marx.

Nesse sentido, o presente artigo busca responder a seguinte pergunta-problema: “de que forma o debate de ‘produção *versus* reprodução’ federiciano pode ser considerado como uma expansão do conceito de ‘acúmulo primitivo do capital’, teorizado por Karl Marx?”. Para tentar responder a esse questionamento, três são os pontos a serem desenvolvidos. Primeiro, discutir como Marx (2017) trabalha o conceito de “acúmulo primitivo do capital”. Em seguida, apresentar como a desvalorização da posição social das mulheres se deu com o advento do capitalismo. E, por fim, analisar como Federici (2017) apresenta a separação entre produção e reprodução, a fim de compreender se a proposta da autora contribui para uma discussão mais acertada sobre o processo de “acúmulo primitivo do capital”.

A proposta deste artigo não é de provar que Marx estava “errado” em sua análise sobre o capitalismo. Pelo contrário, reconhece-se a importância e a potencialidade de sua produção intelectual

e a utiliza-se dela como um ponto de partida e reflexão, para que possa construir novas pontes e interpretações sobre a temática, em particular, à luz da contribuição de Silvia Federici (2017). É por este motivo, inclusive, que se utiliza a expressão “expansão”, pois a partir do “diagnóstico de tempo” da autora, pode-se pensar em uma abertura a um novo conhecimento, como se a teoria marxista estivesse em constante movimento.

Dessa maneira, seguindo essa ordem de apresentação, no primeiro tópico, será exposta a narrativa de Marx (2017) sobre a origem do capitalismo, em especial, sobre o contexto inglês. Na oportunidade, será comentado como o objetivo do autor era o de manifestar a sua oposição a versões essencialistas sobre como o capitalismo se originou, particularmente defendida pela economia liberal de seu tempo.

Ademais, apresenta-se o “segredo obscuro” do capitalismo e como, segundo Marx (2017) as condições essenciais para o capitalismo foram historicamente constituídas – 1) disponibilidade de uma massa trabalhadora disposta a vender a sua força de trabalho e 2) a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos.

Na segunda seção, será exposto, de forma panorâmica, os eixos argumentativos trabalhados por Federici (2017), sobre os entrelaçamentos entre capitalismo e patriarcado, quais sejam: a perda do *status* social das mulheres; o disciplinamento dos corpos e a caça às bruxas. Sobre o primeiro ponto, debate-se como as mulheres, na fase pré-capitalista, realizavam atividades de destaque como: curandeiras, parteiras, adivinhas etc., ou seja, detentoras de um saber específico que, ao longo da instauração da nova forma de produção econômica, passaram a ser realizadas por homens, representantes da ciência moderna.

Tratando-se o disciplinamento dos corpos, apresenta-se a crítica que Federici (2017) faz a Michel Foucault, por este não ter compreendido que as tecnologias de controles sobre os corpos, o chamado: “poder disciplinar”, operam de formas distintas sobre os corpos femininos e masculinos. Ademais, salienta como o referido autor não incorpora a caça às bruxas como um fato histórico relevante em sua análise.

Em seguida, no terceiro tópico, será exposto o conceito de reprodução social, a partir do referencial teórico de Federici (2017), e será articulado como essa formulação possibilita uma chave de leitura potente ao conceito de “acumulação primitiva do capital”, de Marx (2017). Para tanto, comenta-se quais foram as estratégias de desvalorização do trabalho reprodutivo, em regra, praticados por mulheres, pelo capitalismo, e relacionando-as à forma de acumulação do capital, necessária tanto para a sua formação quanto expansão.

Ao final, foram feitas as considerações finais do presente artigo, manifestando se a proposta federiciana pode ser considerada como uma expansão à noção de Marx (2017).

2 A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE KARL MARX: O SEGREDO OBSCURO DO CAPITALISMO

O capítulo 24, da obra “O capital”, livro 1, de Karl Marx, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, critica a mítica de que o capitalismo teria se iniciado por um processo espontâneo de acumulação de capital. Segundo essa versão, a diferença entre classes seria explicada pelo fato de que alguns – proprietários dos meios de produção – teriam guardado, poupado ou acumulado mais “capital” do que os trabalhadores, por estes últimos serem vadios, dissipadores, displicentes ou despreocupados, o que os forçaria a venderem o seu único bem: sua força de trabalho. Marx (2017) chama esta narrativa de “idílica”, pois esconde o “segredo” que marca a gênese do capitalismo. Mas qual seria esse segredo?

O segredo obscuro do capitalismo é composto por dois fatores históricos, trabalhados pela economia política marxista: o da expropriação da terra e o da colonização⁴. Ambos marcados por profundas complexidades, rupturas e transformações. No entanto, algo que parece evidente, de que a marca de nascença do capitalismo é a barbárie. Nas palavras do autor: “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2017. p. 787).

A leitura de Marx (2017) sobre a formação histórica do capitalismo é imprescindível para que se supere uma visão essencialista desse processo, como se estivesse diante de uma mera evolução das relações econômicas e sociais. Nesse sentido:

A natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (MARX, 2017, p. 244)

Sobre a expropriação e expulsão da terra, Marx (2017) narra os acontecimentos históricos no contexto inglês. O autor remarca, no princípio do mencionado capítulo, que a história do capitalismo possui a mesma gênese: a violência, porém cada um dos territórios possui “tonalidades próprias” de como se deu esse acontecimento, embora haja semelhanças entre estes processos, como é o caso da

⁴ É importante ressaltar que o capítulo sobre a colonização é o 25, chamado de: “A teoria moderna da colonização”.

França e dos Países Baixos, citados por Marx (2017). A expropriação da terra pode ser descrita pelos seguintes fatores:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com o inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos de acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (MARX, 2017, p. 804).

A partir da leitura da passagem acima, percebe-se que Marx (2017) sintetiza uma linha do tempo de como se deu a transição da servidão para a indústria, período referente ao seu próprio contexto histórico. Nessa narrativa, que se inicia em XV, os antes considerados “servos” ou membros de uma corporação, típicos das áreas urbanas em formação, tiveram que sofrer uma separação da terra e/ou das condições da realização do trabalho, ou seja, dos meios de produção, convertendo-os em trabalhadores assalariados.

Nessa perspectiva, houve uma supressão de uma forma de vida anterior⁵, o feudalismo, para que o capitalismo pudesse prosperar. Na Inglaterra, Marx (2017) reconta que as classes burguesas roubaram terras comunais dos camponeses, assim como, no período da Reforma Protestante, usurparam as terras que pertenciam à Igreja Católica, expulsando os camponeses dessas terras. Esse processo foi marcado por profunda violência, tendo sido destruídas diversas aldeias e cidades inteiras. A finalidade era transformar essas terras em “pastagens” para ovelhas, a fim de produzir a matéria prima cobiçada no período: a lã para a indústria têxtil⁶.

Os camponeses, expulsos de suas terras, converteram-se em mendigos, assaltantes, vagabundos e as mulheres, em grande maioria, prostitutas ou mendigas, como afirma Federici (2017). Nesse contexto, no final do século XV e ao longo século XVI, uma legislação “sanguinária” contra a “vagabundagem” foi imposta por Henrique VIII, Eduardo VI, Elizabeth I, James I e, ainda, encontram-se registros de legislações semelhantes na França. Esse é o período em que Marx (2017) comenta como o Estado embarca no projeto de conversão dos trabalhadores.

Essas leis impunham trabalhos forçados, escravidão, açoite, agrilhoamento, além disso, os considerados “vagabundos” poderiam ser marcados a ferro com um “V” no peito, seus amos poderiam

⁵ Para que, como afirma Marx (2017, p. 800): “No século XIX, naturalmente, tenha se perdido até mesmo a lembrança do nexo entre lavrador e a comunidade comunal”.

⁶ Marx (2017, p. 790) traz uma passagem interessante de Henrique VII, no texto de autoria de Bacon: “Naquele tempo, (1489) aumentaram as queixas sobre a transformação de terras de lavoura em pastagens (para criação de ovelhas etc.), fáceis de vigiar com poucos pastores; e as propriedades arrendadas temporária, vitalícia ou anualmente (dos quais vivia grande parte dos ‘yeomen’) foram transformadas em domínios senhoriais. Isso provocou uma decadência do povo e, em decorrência, uma decadência das cidades, igrejas, dízimos [...]. Na cura desse mal, foi admirável, naquela época, a sabedoria do rei e do Parlamento [...]. Adotaram medidas contra essa usurpação que despovoara os domínios comunais e o despovoador regime de pastagens.”

colocar anéis de ferro em seus pescoços etc. A atualidade do pensamento de Marx (2017, p. 806), ao comentar a criminalização da pobreza, pode ser apreendida no trecho: “os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers* [...]. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’”.

Nesse sentido, a população rural, após ter sido expropriada e expulsa violentamente de suas terras e entregue à vagabundagem, foi obrigada, por meio de um sistema de trabalho disciplinador, a vender a sua força de trabalho, para escapar das penas cruéis e tortuosas que lhes eram impostas, caso se opusessem a esta submissão. Dessa forma, uma das condições essenciais para o capitalismo estava atendida: a disponibilidade da mão-de-obra, em massa, compelida a vender a sua força de trabalho (MARX, 2017).

É interessante destacar como Marx (2017, p. 808) afirma que, ao longo do tempo, essa obrigatoriedade, marcada por uma violência extraeconômica, passa se estabelecer por meio da “educação, tradição e hábito”, mas tão eficiente quanto para quebrar a resistência da classe trabalhadora.

A segunda condição para o capitalismo – a concentração de capital e meios de produção nas mãos de alguns – foi possível por meio de alguns fatores: o sistema da dívida pública; o protecionismo dos países às produções nacionais; os impostos e, por fim, o colonialismo. Sobre este último fator, é importante fazer um destaque. A primeira fase do sistema capitalista, conhecida como “mercantilista”, teve início no século XVI. Portanto, não é mera coincidência que na aurora do capitalismo, o processo de colonização na América, África e Ásia tenha se solidificado. A exploração, o extermínio e a escravização dos corpos colonizados foi – e ainda é – essencial para o capitalismo⁷.

Diante dos ensinamentos de Marx (2017), compreende-se que não há uma condição natural para o capitalismo, pelo contrário, o que há é uma história marcada por expropriação, dominação, extermínio, escravização e violência. E são esses os fatores que possibilitaram o acúmulo primitivo do capital nas mãos de poucos⁸.

⁷ Sobre a temática, indica-se a leitura: “Condenados da terra” e “Pele negra, máscaras brancas”, de Frantz Fanon.

⁸ Entretanto, o conceito de “acúmulo primitivo de capital” não pode ser compreendido como algo que esteja estancado na história. Não se trata pura e simplesmente de uma menção a um passado que ficou para trás e que se limita a explicar a origem do capitalismo. Pelo contrário, é uma ferramenta fundamental para compreender como as demais fases do capitalismo dependem igualmente de uma renovação desse processo. Rosa de Luxemburgo (1985), por exemplo, comenta em: “A acumulação primitiva”, de 1913, que o capitalismo para que consiga se expandir, necessita renovar essas forças de exploração na base da violência. Assim como, David Harvey (2017) comenta sobre o “capitalismo por expropriação”, como se esse sistema econômico dependesse de reiteradas “acumulações primitivas do capital”, especialmente em contexto de crise. É interessante destacar que Federici, em outra obra, “Re-enchanting the world”, de 2018, utiliza esse mesmo conceito de Harvey (2017) para discutir sobre a globalização e a captura do trabalho reprodutivo pelo neoliberalismo.

No tópico posterior, será discutido como a feminista marxista, Silvia Federici (2017) contribui para a discussão, apresentando como a dominação das mulheres foi um fator igualmente relevante para o sistema capitalista e para o acúmulo primitivo do capital, analisando os atravessamentos entre patriarcado e capitalismo.

3 O ACÚMULO PRIMITIVO DE CAPITAL: ONDE ESTAVAM AS MULHERES?

Como visto no tópico anterior, Marx (2017) narra a história do capitalismo, a partir do conceito de “acumulação primitiva do capital”, buscando se opor a versões “essencialistas” de sua origem, como aquelas defendidas pelos liberais. Na presente seção, será debatido o atravessamento entre capitalismo e patriarcado, no pensamento de Federici (2017). Para tanto, será apresentado três eixos de argumentação trabalhados pela autora: a perda do *status* social das mulheres, o disciplinamento de seus corpos, a caça às bruxas.

Uma importante contribuição de Federici (2017) ao marxismo foi o de perceber como a dominação e subordinação das mulheres foi um elemento definidor – e permanece sendo – na formação (e manutenção) do capitalismo. Dessa maneira, para a autora, não foi mera coincidência que na aurora do Estado moderno, mulheres foram queimadas em fogueiras no continente europeu, que restaram confinadas no ambiente doméstico, perdendo seu *status* social que possuíam no período pré-capitalista, e que seus corpos foram utilizados como máquinas de reprodução nas Américas.

O capitalismo empreendeu uma guerra contra o corpo feminino, e “preservar essa memória é crucial se quisermos encontrar uma alternativa ao capitalismo, pois essa possibilidade dependerá de nossa capacidade de ouvir as vozes daqueles que percorreram caminhos semelhantes” (FEDERICI, 2017, p. 22). Portanto, compreender esse processo é poderoso, pois possibilita o alargamento da imaginação política e entender o que exatamente se está enfrentando.

No primeiro capítulo, intitulado: “O mundo precisa de uma sacudida: os movimentos sociais e a crise política na Europa medieval”, Federici (2017) apresenta um mundo pré-capitalista que se contrasta com a narrativa estática que geralmente se tem acesso sobre o feudalismo. Na descrição da autora, este período foi marcado por constantes disputas, conflitos e irrisignações entre os estamentos, contrariando a ideia de que o capitalismo simplesmente tenha evoluído do feudalismo.

A crise feudal, conhecida por dar fim a esse sistema de organização político, econômico e social, foi marcada por lutas que o proletariado medieval – pequenos agricultores, artesãos, trabalhadores – empreendeu contra a embrionária versão do capitalismo, a partir do século XI. Essas

revoltas eram uma resposta direta a destruição das formas comunais de vida do campesinato. No entanto, uma pergunta que poderia ser feita é: qual a relação dessa discussão com as mulheres?

Federici (2017) está longe de propor uma “história das mulheres no feudalismo”, pois estratégias epistêmicas como essas, pensam que exista uma “história universal”, narrada e protagonizada por homens – geralmente, brancos, heterossexuais e europeus – e uma história paralela pensada e desempenhada por mulheres, como uma versão secundária, paralela. Na verdade, a sua proposta é visualizar os mais distintos atravessamentos que compõem a construção da narrativa histórica, dentre estes, a perspectiva de gênero.

Embora seja crítica ao capitalismo e use como estratégia teórica a comparação da vida política e social das mulheres no período feudal, pré-capitalista, Federici (2017) não faz um discurso saudosista de um passado etéreo e imaculado, assim como não propõe um retorno ao *status quo ante*. Na realidade, mostra a historicidade do processo de dominação e subordinação das mulheres pelo capitalismo. Logo, ao reconhecer que não se trata de um fato da natureza, retirando-lhe uma explicação essencialista do mundo social, isso permite que se possa alterá-lo.

Como mencionado anteriormente, para Federici (2017), o período da baixa idade média, por volta do fim do século XIV, o continente europeu passava por um momento de forte efervescência. Isto porque os servos – do campo e das crescentes áreas urbanas – articulavam formas de resistência coletiva e manutenção do seu excedente de trabalho, diante dos processos de expropriação de terras e dos efeitos causados pela peste.

Podem ser citadas quatro estratégias empreendidas à luz da leitura federiciana: 1) a implementação de uma nova forma de divisão sexual do trabalho – que condena as mulheres ao ambiente privado – e que será comentado de forma mais específica no tópico subsequente; 2) a perda do *status* social, tendo em vista que as atividades praticadas pelas mulheres foram condenadas como “bruxaria”, como a adivinhação e o conhecimento sobre ervas, ou passaram a ser exercidas por homens no Estado Moderno, como é o caso dos obstetras que substituíram a atividade das parteiras; 3) um projeto de adestramento dos corpos das mulheres – que abre caminho para –; 4) a caça às bruxas.

Ao tratar sobre as mulheres nesse contexto pré-capitalista, especialmente aquelas de classe baixa, é possível perceber que elas desempenhavam atividades reconhecidas socialmente, como curandeiras⁹, parteiras, advinhas etc., assim como, apesar de existir uma divisão das atividades realizadas por homens e mulheres, no exercício de suas funções servis, não havia uma rígida divisão

⁹ Federici (2017) menciona como havia um conhecimento popular, desenvolvido por mulheres, para o uso de métodos contraceptivos.

sexual do trabalho que estabelecesse responsabilidades a partir de diferenças entre os sexos. Essa forma de organização de papéis sexuais foi formada, na verdade, com a estabilização do capitalismo (FEDERICI, 2017).

Como uma forma de conter essas lutas, a aristocracia e a burguesia se unem. Dessa aliança, resulta um processo contínuo de perseguição, dominação e controle sobre os corpos das mulheres. Instaura-se uma ação estatal para fazer com que as mulheres perdessem o seu *status* social. Um dos exemplos trazidos por Federici (2017), foi o incentivo estatal aos estupros coletivos, além de casas de prostituição públicas, como uma forma de “compensação” aos homens pelo fato de terem sido expropriados e forçados a vender a sua força de trabalho por salário. Ações como essas, foram estratégicas para colocar as mulheres em lugar secundário¹⁰. Contudo, não foram as únicas.

Ao comentar sobre a relação entre a diminuição populacional e o disciplinamento dos corpos das mulheres, no século XVI e XVII, Federici (2017) cita dois pontos interessantes: a) que o “holocausto” implantado nas Américas pelas políticas colonizadoras, acabou com o sonho dos colonizadores de uma oferta infinita de trabalho e; b) o aumento da morte das pessoas mais pobres, no continente europeu, foi sem precedentes, exceto no período da peste negra.

A crise demográfica e econômica na Europa, assim como em suas colônias, fez com que os mercados se contraíssem, o comércio se detivesse, o desemprego se expandisse e, por um período, “pairou a possibilidade de que a economia capitalista em desenvolvimento entrasse em colapso, pois a integração entre as economias coloniais e europeias havia alcançado um ponto em que o impacto recíproco da crise acelerou rapidamente seu curso” (FEDERICI, 2017, p. 169).

Isso fez, segundo a autora, com que um desejo fanático de aumentar a população demográfica na Europa emergisse, o que desencadeia na necessidade de “de regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução” (FEDERICI, 2017, p. 170).

Federici (2017) esclarece como o disciplinamento das mulheres teve um papel indispensável para que o capitalismo pudesse se formar (e se perpetuar). Acerca desse tema, a autora pontua como a “genealogia do poder”, desenvolvida por Michel Foucault¹¹, não analisa a caça às bruxas, como um fator histórico importante, desconsiderando-a como uma estratégia de punição¹².

¹⁰ “As consequências dessa violência para a posição social das mulheres foram desastrosas, pois ela depreciou significativamente a figura social da mulher, elemento que preparou um terreno propício para que a perseguição às bruxas se instaurasse praticamente sem qualquer resistência popular.” (RAMOS, 2020, p. 206).

¹¹ Sobre a discordância com Foucault, adiciona-se: “O que coloco em discussão é que tenha sido a crise populacional dos séculos XVI e XVII, e não a fome na Europa, durante o século XVIII (tal como defendido por Foucault), que transformou a reprodução e o crescimento populacional em assuntos de Estado e objetos principais do discurso intelectual” (FEDERICI, 2017, p. 169).

¹² Em “História da sexualidade I: a vontade do saber” e “Vigiar e Punir”, Foucault debate as estratégias de punição sobre os corpos e como elas se alteraram na transição do feudalismo para a modernidade.

Assim, Federici (2017) afirma que para além de fábricas, prisões e hospitais, o disciplinamento dos corpos femininos foi realizado em fogueiras, por boa parte do continente europeu, com apoio do próprio Estado. Isto é relevante à medida que demonstra como as relações de poder atravessam os corpos femininos e masculinos de maneiras distintas, ajudando a compreender as assimetrias entre homens e mulheres.

Sobre essa temática, um argumento interessante utilizado pela autora era como os “magos”, figuras masculinas que realizavam atividades semelhantes as “bruxas”, não foram perseguidos ou queimados em fogueiras. Havia, portanto, algo que distinguia a forma de tratamento entre homens e mulheres.

Sobre a caça as bruxas, ainda, Federici (2019a) insiste em reafirmar que voltar a este momento histórico é uma chave importante para contrargumentar que o capitalismo tenha sido o resultado de um progresso histórico ou de um suposto desenvolvimento. Pelo contrário, a proposta federiciana é de relacionar que:

A bruxa foi a comunista e a terrorista de sua época, quando foi necessário um mecanismo ‘civilizador’ para produzir uma nova “subjetividade” e uma nova divisão sexual do trabalho em que a disciplina capitalista da mão de obra viria a se apoiar. Na Europa, a caça às bruxas foram os meios pelos quais as mulheres se educaram em relação a suas novas obrigações sociais e a maneira pela qual uma grande derrota foi imposta às classes baixas, que precisaram aprender sobre o poder do Estado para qualquer forma de resistir a ele. Nas fogueiras não estavam apenas os corpos das “bruxas”, destruídos; também estava todo um universo de relações sociais que fora a base do poder social das mulheres e um vasto conhecimento que elas haviam transmitido, de mão para filha, ao longo de gerações – conhecimento sobre ervas, sobre meios de contracepção ou aborto e sobre quais magias usar para obter o amor dos homens (FEDERICI, 2019a, p.72).

Ademais, é importante remarcar que a caça às bruxas foi também uma forma de dismantlar as relações coletivas entre os camponeses, pois instaurou um sistema de guerra de “todos contra todos”, estabelecido por um esquema de constantes denúncias, que fizeram crescer um sentimento de desconfiança entre os seus pares.

Dessa forma, neste período de transição para o capitalismo, percebe-se como uma “hierarquia genderizada no interior da classe operária se estabeleceu” (RAMOS, 2020, p. 207), fazendo com que as diferenças entre homens e mulheres e, também, as noções modernas de feminilidade e masculinidade fossem constituídas.

Na seção posterior, será discutido como a nova divisão sexual do trabalho, imposta pelo capitalismo, fez uso entre trabalho assalariado e não assalariado como um instrumento de controle dos corpos e de desvalorização de suas funções, relegando o lugar de “improdutivo”¹³ para o trabalho

¹³ Em “O capital”, livro 4: Marx (1980, p. 391) afirma que trabalho improdutivo é todo aquele que não pode ser convertido em capital. Sobre o assunto, comenta: “Trabalho produtivo é, portanto, o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor

doméstico, desenvolvido por mulheres. E, ainda, apresenta como Federici (2017) contribui para uma reinterpretação do conceito de “acúmulo primitivo do capital.

4 CAPITALISMO E A CAPTURA DA REPRODUÇÃO FEMININA: TRABALHO PRODUTIVO *VERSUS* TRABALHO REPRODUTIVO

No capítulo 2, chamado de: “A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres: a construção da ‘diferença’, na ‘transição para o capitalismo””, Federici (2017) desenvolve o argumento que a classe operária se forma a partir da transformação dos corpos das mulheres em “fábricas”, impostas a produzir e reproduzir para o capital. De acordo com a autora, deve-se repensar o conceito de acumulação primitiva, pois não se deve reconta-la a partir de um ponto de vista universal de uma “classe operária”, mas partindo dos olhares dos escravizados, dos colonizados, das comunidades indígenas etc. (FEDERICI, 2019c).

Nessa esteira, o projeto do “Calibã e a bruxa” é analisar o conceito de acumulação primitiva sobre os efeitos causados pelo capitalismo aos corpos femininos e a reprodução da classe trabalhadora, analisando-os como pré-condições para a formação dessa nova forma de organização social e econômica (FEDERICI, 2019c). Para Federici (2017), Marx (2017) aborda exclusivamente a expropriação do homem do campo da terra e a escravização dos corpos no processo de colonização. De acordo com a autora, é acertada a teorização de Marx (2017) sobre o campesinato, que foi obrigado a vender a sua força de trabalho, como uma mercadoria, em troca de um salário, pois não mais possuía domínio sobre os meios de produção. Assim como concorda como a colonização e a escravização dos corpos foi um fator indispensável para a gênese do capitalismo e, assim, para a acumulação primitiva do capital.

A autora menciona como o começo do desenvolvimento do capitalismo parece ser um imenso campo de concentração. Contudo, falta-lhe uma observação mais atenta sobre o trabalho reprodutivo, exercido no ambiente doméstico, pelas mulheres. Sobre a temática, destaca-se:

No entanto, ao lado de Calibã (o personagem da revolta anticolonial, presente em *A Tempestade*, de Shakespeare), a autora dá protagonismo à bruxa, representante da mulher explorada em formação. Se o capitalismo é estruturalmente racista, como já insinuava Marx, é preciso dizer que ele também é estruturalmente misógino (RAMOS, 2020, p. 207).

Ademais, considera que o conceito de “acumulação primitiva”, pensado por Marx (2017), seja útil ao indicar quais as condições pré-históricas do capitalismo, mas, seguindo a linha de raciocínio

previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital”.

de Maria Mies (1986), enfatiza a cegueira desse conceito com relação à exploração das mulheres, ao partir do ponto de vista do proletariado industrial assalariado.

A mudança da economia de subsistência para uma economia monetária impactou de forma distinta homens e mulheres, porque a lógica da “produção para o uso” desmantelou a unidade entre produção e reprodução, impondo relações sociais sexualmente diferenciadas. A atividade produtiva é aquela capaz de se converter em capital, enquanto que a reprodutiva não é capaz de ser considerada trabalho, em regra (FEDERICI, 2017).

É fundamental destacar que, para o feminismo marxista, a atividade reprodutiva não se limita à procriação – embora a congloba. Na verdade, o “trabalho reprodutivo” se refere às obrigações que possibilitem com que uma população viva, são as pré-condições para que o proletário possa trabalhar. Isto é, o preparo da alimentação, higiene, cuidado familiar, dos idosos, dos doentes e das crianças, dentre outras. Ela ocorre no espaço privado, no seio doméstico, um trabalho “invisível” e não remunerado. E, mesmo quando remunerado, como, por exemplo, uma mulher que trabalha de doméstica fora do seu lar, essa função é subvalorizada, com salários inferiores às atividades consideradas “produtivas” (FEDERICI, 2019b).

Em continuidade à argumentação da desvalorização das mulheres, no tópico anterior, foi discutido como, a partir da crise demográfica do século XVI e XVII, o Estado, diante do declínio da população, passou a realizar diferentes formas de controle sobre os corpos femininos, como a proibição ao aborto, à contracepção e criminalização do infanticídio¹⁴. Segundo Federici (2017), essas estratégias duraram cerca de 200 (duzentos) anos, tendo como resultado a escravização das mulheres à procriação. Ao comentar essa mudança, a autora afirma:

Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI, p. 2017, p. 178).

Sobre esse ponto, a feminista marxista conclui que o destino das mulheres na Europa Ocidental, no período de acumulação primitiva, foi semelhante ao das mulheres escravizadas nas *plantations* coloniais americanas, que, especialmente depois do fim do tráfico de escravos, em 1807, foram forçadas por seus senhores a se tornar criadoras de novos trabalhadores. Ambas tiveram seus corpos transformados em um mecanismo para reprodução do trabalho e para a expansão da força de

¹⁴ Acusações que as “bruxas” geralmente recebiam.

trabalho, tratados como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres, cada qual com as suas particularidades¹⁵ (FEDERICI, 2017).

Estas mudanças históricas, colocaram a mulher no centro do lar, como uma dona de casa em tempo integral, redefinindo o lugar da mulher na sociedade, subjugando-a ao homem. Nesse contexto, destaca-se:

No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. (FEDERICI, 2017, p. 145).

A nova divisão sexual do trabalho, perpetrada pelo capitalismo, não apenas alocou as mulheres ao papel de sujeição ao trabalho reprodutivo, assim como fez com que a sua dependência aumentasse, ao permitir que os empregadores utilizassem o salário masculino como uma forma de comandar o trabalho das mulheres. Portanto, a distinção entre “produção de mercadorias” e “reprodução da força de trabalho” possibilitou a utilização de salários e dos mercados como um instrumento para a acumulação do trabalho não remunerado (FEDERICI, 2017).

Para além disso, esta separação criou uma classe de mulheres operárias que, igual aos homens, foi despossuída de suas terras, mas que não tinha acesso a salários ou, quando o tinham, recebia um valor bem inferior. Logo, em uma sociedade cada vez mais monetizada, tornaram-se mais propensas à pobreza, à dependência econômica e a invisibilidade enquanto trabalhadoras. Dessa maneira, as mulheres foram expostas a uma excepcional de degradação social e econômica que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então (FEDERICI, 2017).

Além disso, para Federici (2017), a acumulação primitiva¹⁶ do capital depende uma produção de hierarquias sexuais, raciais e coloniais. De acordo com a autora, há a formação de uma nova ordem

¹⁵ “A comparação, obviamente, tem sérios limites. As mulheres europeias não estavam abertamente expostas às agressões sexuais, embora as mulheres proletárias pudessem ser estupradas com impunidade e castigadas por isso. Tampouco tiveram que sofrer a agonia de ver seus filhos levados embora e vendidos em leilão. Os ganhos econômicos derivados dos nascimentos a que estavam obrigadas a gerar eram muito mais dissimulados. Nesse aspecto, a condição de mulher escrava revela de uma forma mais explícita a verdade e a lógica da acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 178).

¹⁶ Segundo Federici (2017, p. 119) são quatro fatores que devem ser levados em consideração:

- i. A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e nas plantações do Novo Mundo não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado e “acumulado”;
- ii. Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas”;
- iii. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno;

patriarcal, que denomina de: “patriarcado do salário”. Até o final do século XVII, a redução das mulheres a não trabalhadoras é uma realidade. As mulheres perderam, inclusive, as ocupações que tradicionalmente exerciam como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular, encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com *status* mais baixos, como empregadas domésticas ou amas de leite.

Nesse período, ganha força a noção de que a mulher não deveria trabalhar fora de casa e que se exercesse alguma atividade produtiva, era apenas para “ajudar” seu marido. Por exemplo, “se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de ‘trabalho doméstico’ ou de ‘tarefas de dona de casa’” (FEDERICI, 2017, p. 184), mesmo se as roupas não fossem para a família. Além disso, como realizavam essas atividades em suas casas, não eram consideradas trabalho. O casamento passou a ser visto como uma “carreira” para as mulheres, pelo fato de não conseguirem se prover sozinhas e pela desvalorização das ocupações que realizavam¹⁷.

Nesse novo “contrato sexual”, ocultou-se sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e ao trabalho de seus filhos. O trabalho dessas mulheres passa a substituir as perdas causadas pela expropriação, como uma forma de remediar a perda das propriedades comunais, é o eco da apropriação primitiva. Entretanto, na nova organização do trabalho, todas as mulheres - salvo as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses - tornaram-se bens comuns, “pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos” (FEDERICI, 2017, p. 191).

Esta foi uma “derrota histórica” irremediável para as mulheres. Uma nova ordem de organização social foi imposta, subjugando-as aos homens e aos empregadores. Dessa maneira, foi posta em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino. A família, como complemento do mercado, foi um importante instrumento para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal. Aliás, o conceito de família moderna surgiu no período de acumulação

iv. Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou ver a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições — especialmente a divisão entre homens e mulheres — que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta

¹⁷ A autora relaciona, inclusive, esse aspecto com o aumento da prostituição no período. Contudo, diferente da Baixa Idade Média, “num clima de intensa misoginia, caracterizada pelo avanço da Reforma Protestante e pela caça às bruxas, a prostituição foi inicialmente sujeita a novas restrições e, depois, criminalizada”. (FEDERICI, 2019, p. 187). Comenta, ainda, que o estupro contra uma prostituta passou a não ser mais crime, na França.

primitiva, e se estabeleceu também como um mecanismo que apropriava e ocultava o trabalho das mulheres (FEDERICI, 2017).

Em regra, os estudos sobre a família patriarcal se limitam à figura da família burguesa, há pouca literatura que se debruce sobre os desdobramentos da família proletária. Federici (2017) reitera que é importante perceber as particularidades de cada núcleo familiar. Nas famílias de classes mais baixas, o trabalho da mulher era considerado necessário, como uma forma de ajudar na renda familiar, porém o seu salário era pago ao seu marido, inclusive quando o serviço prestado era o da amamentação. Isso foi imprescindível para que o “patriarcado do salário” se impusesse, um regime em que as mulheres são dependentes de seus cônjuges e, também, dos seus empregadores, que se beneficiam da desvalorização de sua mão-de-obra (FEDERICI, 2017).

Em consonância ao que assevera Federici (2017), toda essa perspectiva sobre a acumulação primitiva não está presente na análise de Marx. Embora tenha trabalhado no “Manifesto Comunista” a relação entre mulheres como produtoras de herdeiros e a transmissão da propriedade familiar, não há menção em sua teoria em como a procriação poderia se tornar um terreno de exploração e, pela mesma razão, um terreno de resistência às forças do capital. Federici (2017) aponta como uma greve do proletariado pudesse ser encabeçada por mulheres, opondo-se a produzir a força de trabalho, por exemplo.

Segundo Federici (2017), Marx tem como pressuposto o “excedente populacional”, como um fato da natureza, e não percebeu como a procriação, na verdade, pode ser historicamente determinada, carregada de interesses e relações de poder diversas. Portanto, do ponto de vista federiciano, a estratégia empreendida por Marx é neutra com relação ao gênero e não percebe como, em todas as fases do desenvolvimento capitalista, o Estado teve que recorrer à regulação e à coerção para expandir ou reduzir a força de trabalho, seja em sua gênese ou atualmente. Sobre o assunto, reitera:

O Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador (FEDERICI, 2017, p. 180).

Dessa forma, a concepção de “reprodução social”¹⁸, desenvolvida por Federici (2017), potencializa a teoria marxista à medida que discute como a apropriação das atividades reprodutivas foram (e são) importantes para a acumulação primitiva de capital. O entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo permite uma poderosa leitura sobre o funcionamento de sistema econômico e, portanto,

¹⁸ Sobre a apropriação da “reprodução social” como um instrumento de perpetuação do capitalismo, ler: **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.

avança na proposta desenvolvida por Marx (2017). Apesar de esse economista comentar acerca de trabalho “improdutivo”, no livro IV de “O Capital”, acredita-se que o marcador de gênero, enfatizado por Federici (2017), fortalece o conceito marxista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo visou discutir como Silvia Federici reinterpretou o conceito de “acumulação primitiva do capital”, desenvolvido por Karl Marx, em “O capital”, livro 1, buscando investigar se esta contribuição pode ser considerada uma reinterpretação crítica do conceito marxista. Como debatido ao longo do trabalho, a construção argumentativa federiciana parte do pressuposto de que houve um *déficit* na formulação de Marx, ao não compreender o trabalho reprodutivo, empreendido por mulheres, como um trabalho digno de remuneração, ou seja, produtivo. A partir deste ponto de partida, foram discutidos os seguintes tópicos.

De partida, foi apresentado o conceito marxista de “acumulação primitiva do capital”, por meio do próprio Marx (2017), no capítulo 24, de “O Capital”, no qual o economista opõe-se a explicações essencialistas sobre o surgimento do capitalismo. De forma adversa, foi apresentado o grau de historicidade da proposta marxista, que relaciona a gênese do capitalismo a duas condições históricas: 1) disponibilidade de uma massa trabalhadora disposta a vender a sua força de trabalho e 2) a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos. Como visto, essas duas condições foram preenchidas por dois fatores: a expropriação dos camponeses das terras e a colonização. Portanto, demonstra que a história do capitalismo é, na realidade, marcada pela violência.

No segundo tópico, foram apresentados os eixos argumentativos trabalhados por Federici (2017), em “Calibã e a bruxa”, sobre os entrelaçamentos entre capitalismo e patriarcado, quais sejam: a perda do *status* social das mulheres; o disciplinamento dos corpos e, de forma breve, a caça às bruxas. Esses três fatores estão profundamente relacionados, de forma transversal. Na oportunidade, foi comentado como, na aurora do capitalismo, as mulheres deixaram de realizar funções que lhes davam um certo *status* social, como parteiras, advinhas, curandeiras etc., pelo advento da ciência moderna. Essas mesmas atividades passaram a ser desempenhadas por homens, detentores de um saber racional e às mulheres foi relegado o papel de donas de casa, bruxas ou mendigas.

Esse processo, como visto anteriormente, alinha-se com o segundo ponto, do adestramento dos corpos, que igualmente foi articulado pelo capitalismo, uma forma de controle sobre as atividades reprodutivas das mulheres, impedindo-as de tomarem decisões sobre seus próprios corpos. E, por fim,

a caça às bruxas, momento geralmente invisibilizado pelas análises históricas, mas que toma um papel central na produção federiciana.

Como observado, a caça às bruxas implementa um regime de terror e de perseguição contra as mulheres, limando todas aquelas que não se submeteram ao novo regime de disciplinamento dos corpos. Uma estratégia que consegue enfraquecer os laços coletivos entre a classe proletária, por fazer com que os homens tenham as mulheres.

Na última seção, foi exposta a oposição direta que Federici (2017) faz à Marx (2017), quanto ao *déficit* de gênero da teoria marxista, por não ter percebido que a apropriação dos corpos e atividades desenvolvidas pelas mulheres, chamada “reprodução social”, foram essenciais para que o capitalismo pudesse promover o acúmulo de capital, tanto na sua fase de formação quanto nos dias atuais.

Segundo Federici (2017), a desvalorização do trabalho feminino e o aprisionamento das mulheres aos seus lares foi uma ferramenta capaz de articular o “patriarcado do salário”, que produz dependência das esposas aos seus maridos, depreciando o valor das funções reprodutivas, em regra, exercidas por mulheres e fazendo com que recebam salários menores.

Sobre as conclusões do artigo, considera-se que a reflexão de Federici (2017) trata-se de um avanço e não de uma ruptura com o pensamento de Marx (2017). Na realidade, a autora apenas poderia ter chegado até a mencionada conclusão, à luz do pensamento marxista. Portanto, não significa que Marx tenha “errado” ou “acertado”, pois cada produção teórica, filosófica, política é marcada por uma potencialidade de reflexão, como lentes para se enxergar o mundo.

Por vezes, na construção de teorias, o autor está marcado pelos “problemas de seu tempo” e pelos recortes que considera mais importantes para a elaboração do seu pensamento crítico. Isto não impede que alguém imprima um “novo olhar” e pense, inclusive, em como essa teoria pode avançar. Adota-se a noção de “avanço” não em um sentido de progresso, mas em um sentido de atualização, capaz de dar conta de problemas específicos, que tenham “escapado” das categorias de Marx, como a perspectiva do gênero.

Nesse sentido, considera-se que Federici (2017) é uma importante voz nesse processo de atualização, pois diante do seu “diagnóstico de tempo”, percebe uma relação fulcral entre capitalismo e patriarcado. Relação que não foi importante apenas para formação desse sistema econômico, mas, como articulado pela autora, trata-se de uma aliança que se renova constantemente¹⁹.

¹⁹ O capitalismo se apropriou e se apropria das forças reprodutivas das mulheres, quase como uma retroalimentação. Essa relação entre globalização e apropriação dos corpos das mulheres pode ser melhor explicada a partir de “O ponto zero da revolução” (2019b) e “Re-enchanting the world” (2018), ambas produções de Federici.

Dessa forma, como leitora e estudiosa de Marx (2017), consegue contribuir de maneira original ao debate, além de estruturar um pensamento potente, consagrando-a como uma leitura obrigatória para aqueles que se interessam por um debate sobre feminismo, a partir de um viés crítico do marxismo.

Assim, se Marx (2017) buscava desvelar os segredos obscuros do capitalismo, os quais ele remete à violência da colonização e da expropriação da terra, talvez tenha lhe faltado descortinar uma faceta desse processo de brutalidade: como o capitalismo se retroalimenta da apropriação dos corpos e das atividades reprodutivas desempenhadas pelas mulheres. E estas estiveram, desde a sua gênese, na linha de frente dessa guerra.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.

FEDERICI, Silvia. **Re-enchating the world**. Oakland: PM Publisher, 2019c.

HARVEY, David. **Para Entender o Capital, Livro I**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural. 1985.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Trad. de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro IV. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. vol. I. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

RAMOS, Silvana de Souza. Mulheres e gênese do capitalismo: de Foucault a Federici. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 52, jan.-abr. 2020, Natal. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/19783/12469>. Acesso em: 10 dez. 2020.